

HISTÓRICO E POLÍTICAS PÚBLICAS DO ENSINO TÉCNICO NO BRASIL: AVANÇOS, CONTRADIÇÕES E DESAFIOS ATUAIS

Antonio Baltazar ¹

Arethusa Karla Amorim Cavalcanti²

RESUMO: O presente artigo analisa o histórico e as políticas públicas do ensino técnico no Brasil, destacando seus avanços, contradições e desafios contemporâneos. A educação profissional e tecnológica é compreendida como um campo marcado por disputas entre diferentes concepções de formação, ora orientadas pelas demandas do mercado de trabalho, ora voltadas à formação integral dos sujeitos. O estudo aborda o processo de constituição histórica do ensino técnico, evidenciando a permanência da dualidade educacional e suas implicações sociais. Também examina as principais políticas públicas implementadas no país, com ênfase nas reformas educacionais e nos programas federais voltados à expansão dessa modalidade de ensino. A pesquisa discute ainda os desafios estruturais e sociais que impactam a qualidade, o acesso e a permanência dos estudantes na educação profissional. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, com natureza descritiva. Conclui-se que, apesar dos avanços institucionais, persistem desafios significativos que exigem políticas públicas mais integradas, equitativas e comprometidas com a formação humana plena.

Palavras-chave: Educação profissional. Ensino técnico. Políticas públicas. Dualidade educacional. Formação integral.

ABSTRACT: This article analyzes the historical development and public policies of technical education in Brazil, highlighting its advances, contradictions, and contemporary challenges. Professional and technological education is understood as a field marked by tensions between different conceptions of training, sometimes oriented toward labor market demands and sometimes toward the comprehensive development of individuals. The study examines the historical construction of technical education, emphasizing the persistence of educational duality and its social implications. It also discusses the main public policies implemented in the country, with emphasis on educational reforms and federal programs aimed at expanding this educational modality. Furthermore, the research addresses the structural and social challenges that affect quality, access, and student retention in professional education. Methodologically, this is a qualitative study, based on bibliographic and documentary research, with a descriptive approach. The findings indicate that, despite institutional progress, significant challenges remain, requiring more integrated and equitable public policies committed to comprehensive human development.

Keywords: Professional education. Technical education. Public policies. Educational duality. Comprehensive education.

¹Universidad Martin Lutero. Licenciatura em Pedagogia.

²Orientadora. Universidad Martin Lutero.

INTRODUÇÃO

A educação profissional e tecnológica no Brasil tem se constituído historicamente como um campo marcado por tensões, avanços e contradições. Desde sua origem, ainda no início do século XX, com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices em 1909, observa-se que o ensino técnico foi concebido como uma alternativa voltada às classes populares, com forte caráter assistencialista e direcionado à formação para o trabalho manual. Conforme aponta Saviani (2007), “a educação profissional no Brasil nasceu sob o signo da dualidade estrutural, destinada a formar trabalhadores para funções subalternas” (p. 154).

Ao longo das décadas, diversas reformas educacionais buscaram reorganizar esse modelo, como a Lei nº 5.692/1971, que tornou obrigatória a profissionalização no ensino médio, e, posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), que redefiniu o papel da educação profissional. Contudo, essas mudanças nem sempre significaram avanços consistentes. Pelo contrário, muitas vezes reforçaram a separação entre formação geral e formação técnica, evidenciando contradições estruturais ainda presentes no sistema educacional brasileiro.

Nesse contexto, emerge a seguinte problemática: em que medida as políticas públicas voltadas ao ensino técnico no Brasil têm contribuído para a democratização do acesso e a formação integral dos estudantes, ou, ao contrário, têm reforçado desigualdades históricas e a dualidade educacional? Essa questão se torna ainda mais relevante diante das recentes reformas do ensino médio e da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Dessa forma, o objetivo geral deste estudo é analisar o histórico e as políticas públicas do ensino técnico no Brasil, identificando seus avanços, contradições e desafios atuais. Como objetivos específicos, pretende-se: (a) compreender o processo histórico de constituição da educação profissional no país; (b) examinar as principais políticas públicas implementadas ao longo do tempo; (c) identificar as contradições presentes na relação entre formação técnica e formação geral; e (d) discutir os desafios contemporâneos para a consolidação de uma educação profissional integrada e de qualidade.

A justificativa deste estudo reside na importância de compreender criticamente o papel da educação técnica no desenvolvimento social e econômico do Brasil. Segundo Frigotto (2010), “a educação profissional não pode ser reduzida à lógica do mercado, devendo estar articulada à formação omnilateral do indivíduo” (p. 89). Assim, investigar esse campo contribui para o

debate sobre políticas educacionais mais justas e inclusivas, especialmente em um cenário de profundas desigualdades sociais.

No que se refere à metodologia, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, com natureza descritiva. A pesquisa bibliográfica baseia-se na análise de obras de autores que discutem a educação profissional e suas políticas, como Saviani (2007), Frigotto (2010) e Kuenzer (2002). Já a pesquisa documental contempla a análise de legislações, como a LDB nº 9.394/1996 e documentos oficiais do Ministério da Educação. De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (p. 50).

Além disso, a abordagem qualitativa permite uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos sociais, considerando seus significados e contextos. Nesse sentido, Minayo (2001) destaca que: “A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações” (p. 21).

Por fim, o caráter descritivo da pesquisa visa expor e analisar as características das políticas públicas e do ensino técnico ao longo do tempo, sem a pretensão de interferir diretamente na realidade, mas buscando compreendê-la de forma crítica e fundamentada.

Evolução Histórica do Ensino Técnico no Brasil

A evolução histórica do ensino técnico no Brasil está profundamente relacionada às transformações econômicas, sociais e políticas do país. Desde o período colonial, a educação voltada ao trabalho esteve associada à formação prática e à transmissão de ofícios, geralmente destinada às camadas mais pobres da população. Contudo, é apenas no início do século XX que se observa a institucionalização da educação profissional, com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices em 1909, durante o governo de Nilo Peçanha. Segundo Saviani (2007), essa iniciativa representou “um marco inicial da organização sistemática da educação profissional no Brasil” (p. 153).

Essas escolas tinham como objetivo principal formar mão de obra para atividades artesanais e industriais, evidenciando o caráter assistencialista e compensatório da educação técnica. De acordo com Kuenzer (2002), a educação profissional nesse período “era destinada aos órfãos e desvalidos, reforçando a divisão social do trabalho e da educação” (p. 27). Tal

perspectiva contribuiu para consolidar uma dualidade estrutural entre educação geral, voltada às elites, e educação profissional, direcionada às classes populares.

Durante a Era Vargas (1930–1945), o ensino técnico passou por um processo de reorganização, alinhando-se às demandas da industrialização crescente. A criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), em 1946, marcou a consolidação de um modelo de formação voltado diretamente ao mercado de trabalho. Nesse contexto, a educação profissional passou a ser compreendida como estratégica para o desenvolvimento econômico nacional.

A Reforma Capanema, implementada na década de 1940, também teve papel relevante na estruturação do ensino técnico. Ela instituiu uma organização dual do sistema educacional, separando o ensino secundário propedêutico do ensino técnico. Conforme destaca Frigotto (2010), “essa reforma consolidou a dualidade educacional, ao destinar percursos distintos para diferentes classes sociais” (p. 67). Essa divisão reforçou desigualdades históricas e limitou o acesso das classes populares ao ensino superior.

Na década de 1970, durante o regime militar, a Lei nº 5.692/1971 promoveu uma mudança significativa ao tornar obrigatória a profissionalização no ensino de 2º grau. A proposta visava atender à demanda por mão de obra qualificada em um contexto de crescimento econômico acelerado. No entanto, essa obrigatoriedade foi amplamente criticada por sua implementação precária e pela falta de infraestrutura adequada. Segundo Saviani (2007), “a profissionalização compulsória revelou-se ineficaz, resultando em uma formação superficial e desarticulada” (p. 362).

A partir da década de 1990, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), o ensino técnico passou por nova reformulação. A LDB estabeleceu a separação entre ensino médio e educação profissional, permitindo sua oferta de forma articulada ou subsequente. Nesse contexto, o Decreto nº 2.208/1997 reforçou a dissociação entre formação geral e técnica, o que gerou críticas de diversos estudiosos da área.

Sobre esse período, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) afirmam: “A reforma da educação profissional dos anos 1990 aprofundou a fragmentação entre formação geral e formação técnica, subordinando esta última às exigências imediatas do mercado de trabalho” (p. 45).

Essa crítica evidencia o alinhamento das políticas educacionais às diretrizes neoliberais, priorizando a flexibilização e a empregabilidade em detrimento de uma formação integral.

Nos anos 2000, observa-se uma tentativa de superação dessa fragmentação com a revogação do Decreto nº 2.208/1997 e a publicação do Decreto nº 5.154/2004, que possibilitou a integração entre ensino médio e educação profissional. Essa mudança buscou promover uma formação mais ampla, articulando trabalho, ciência e cultura. De acordo com Ciavatta (2005), essa perspectiva visa “romper com a lógica dual e promover uma educação integrada, comprometida com a emancipação dos sujeitos” (p. 84).

Além disso, a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, especialmente a partir de 2008 com a criação dos Institutos Federais, representou um avanço significativo no acesso à educação técnica pública e de qualidade. Esses institutos passaram a desempenhar um papel estratégico na interiorização da educação e na promoção do desenvolvimento regional.

Entretanto, apesar dos avanços, persistem desafios importantes. A recente reforma do ensino médio (Lei nº 13.415/2017) reacendeu o debate sobre a dualidade educacional e o risco de uma formação tecnicista e fragmentada. Nesse sentido, Kuenzer (2017) alerta que “a flexibilização curricular pode reforçar desigualdades ao oferecer percursos formativos distintos conforme a origem social dos estudantes” (p. 112).

Por fim, a análise histórica do ensino técnico no Brasil revela um campo marcado por disputas entre diferentes projetos de sociedade. Enquanto algumas políticas buscaram promover a integração e a formação integral, outras reforçaram a lógica de adaptação ao mercado. Como sintetiza Saviani (2007), “a história da educação profissional no Brasil é, em grande medida, a história da luta entre formação para o trabalho e formação humana plena” (p. 389).

5

Políticas Públicas e Programas Federais

As políticas públicas direcionadas ao ensino técnico no Brasil têm assumido papel central na estruturação, ampliação e redefinição da educação profissional nas últimas décadas. Tais políticas expressam diferentes projetos de Estado e concepções de desenvolvimento, ora enfatizando a formação voltada ao mercado de trabalho, ora defendendo uma perspectiva de formação integral associada ao exercício da cidadania. Nesse contexto, a análise dos programas federais e de suas diretrizes torna-se fundamental para compreender tanto os avanços quanto as contradições presentes nesse campo.

A partir dos anos 1990, especialmente com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a educação profissional passou por importantes

transformações. O Decreto nº 2.208/1997 regulamentou essa modalidade ao estabelecer sua desvinculação do ensino médio. Conforme analisam Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), tal medida “institucionalizou a fragmentação da formação, subordinando a educação profissional à lógica da empregabilidade imediata” (p. 52). Essa orientação foi amplamente questionada por reforçar a histórica dualidade educacional brasileira.

Esse direcionamento esteve articulado às reformas de cunho neoliberal implementadas naquele período, que priorizavam a flexibilização dos currículos e a adequação da formação às exigências do mercado. Nesse sentido, Kuenzer (2002) observa que “as políticas educacionais dos anos 1990 privilegiaram a formação de competências específicas, em detrimento de uma formação crítica e abrangente” (p. 78). Como resultado, o ensino técnico passou a ser concebido predominantemente como instrumento de inserção rápida no mundo do trabalho, muitas vezes dissociado de uma formação mais ampla.

No início dos anos 2000, entretanto, verifica-se uma mudança de orientação nas políticas públicas voltadas à educação profissional. A revogação do Decreto nº 2.208/1997 e a publicação do Decreto nº 5.154/2004 possibilitaram novamente a articulação entre ensino médio e formação técnica. Essa alteração representou um esforço de enfrentamento da dualidade educacional, ao permitir a integração entre diferentes dimensões da formação.

6

Nesse novo cenário, destaca-se a implementação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), criado em 2005. A proposta do programa foi ampliar oportunidades educacionais para jovens e adultos que não concluíram a escolarização básica no tempo regular, articulando formação escolar e qualificação profissional. Segundo Ciavatta (2005), o PROEJA configura-se como “uma tentativa de articular educação e trabalho na perspectiva da emancipação social” (p. 92).

Outro avanço relevante foi a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instituída pela Lei nº 11.892/2008, que deu origem aos Institutos Federais. Essa iniciativa promoveu significativa expansão da oferta pública de educação técnica, sobretudo em regiões menos atendidas. Conforme Pacheco (2011), “os Institutos Federais representam uma nova institucionalidade, comprometida com o desenvolvimento local e regional” (p. 34).

No ano de 2011, foi instituído o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), com o objetivo de ampliar e democratizar a oferta de cursos de educação

profissional em todo o país. O programa envolveu diferentes atores, incluindo instituições públicas e privadas, além do Sistema S. Sobre essa iniciativa, destaca-se que:

“O programa buscou ampliar o acesso à educação profissional por meio de cursos de curta duração, priorizando a qualificação rápida para o mercado de trabalho” (BRASIL, 2011, p. 12).

Apesar de sua ampla abrangência, o Pronatec recebeu críticas relacionadas à qualidade da formação ofertada e à predominância de cursos de curta duração, considerados insuficientes para uma formação mais consistente.

Outro programa a ser considerado é o MedioTec, implementado no contexto da reforma do ensino médio (Lei nº 13.415/2017), com a finalidade de incentivar a oferta de cursos técnicos de forma concomitante ao ensino médio regular. Contudo, essa proposta tem sido alvo de questionamentos, sobretudo por seu potencial de reforçar a fragmentação curricular. Kuenzer (2017) adverte que “a flexibilização proposta pela reforma tende a aprofundar desigualdades, ao oferecer diferentes trajetórias formativas conforme as condições sociais dos estudantes” (p. 119).

Diante desse panorama, percebe-se que as políticas públicas para o ensino técnico apresentam movimentos contraditórios, alternando entre propostas de integração e iniciativas que mantêm ou aprofundam a segmentação educacional. Essa dinâmica reflete disputas entre diferentes concepções de educação e projetos de sociedade.

A análise dessas políticas evidencia que conquistas importantes, como a ampliação da Rede Federal e a retomada da integração curricular, coexistem com desafios persistentes, como a manutenção da dualidade estrutural e a oferta de formações aligeiradas. Nesse sentido, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) afirmam que “a educação profissional no Brasil permanece tensionada entre a formação para o trabalho simples e a formação humana omnilateral” (p. 60).

Por fim, os desafios contemporâneos das políticas públicas voltadas ao ensino técnico envolvem a necessidade de promover maior equidade, garantir qualidade na formação e fortalecer a integração entre educação geral e profissional. Além disso, torna-se fundamental consolidar o papel do Estado como agente central na oferta de educação pública, assegurando uma formação que vá além das demandas imediatas do mercado e contribua para a emancipação dos sujeitos.

Desafios Estruturais e Sociais do Ensino Técnico

A educação técnica no Brasil, apesar dos avanços registrados nas últimas décadas, ainda enfrenta um conjunto significativo de desafios estruturais e sociais que limitam sua efetividade e seu potencial transformador. Esses desafios estão diretamente relacionados às desigualdades históricas do país, à organização do sistema educacional e às disputas em torno das finalidades da formação profissional. Assim, compreender tais entraves é fundamental para a construção de políticas públicas mais equitativas e consistentes.

Um dos principais problemas estruturais do ensino técnico brasileiro é a persistência da dualidade educacional, que historicamente separa a formação geral da formação profissional. Essa divisão reflete desigualdades sociais profundas, nas quais estudantes de classes populares são, em grande medida, direcionados para percursos formativos voltados ao trabalho imediato, enquanto as camadas mais privilegiadas têm maior acesso à educação propedêutica. Conforme aponta Saviani (2007), essa lógica expressa “uma divisão estrutural que reproduz, no interior da escola, as desigualdades da própria sociedade” (p. 155).

Além disso, a infraestrutura das instituições que ofertam educação técnica ainda apresenta desigualdades significativas entre regiões e redes de ensino. Embora a Rede Federal de Educação Profissional tenha ampliado o acesso com qualidade, muitas redes estaduais enfrentam limitações relacionadas à falta de laboratórios adequados, equipamentos atualizados e recursos pedagógicos. Nesse sentido, Frigotto (2010) ressalta que “não há como assegurar formação técnica de qualidade sem condições materiais compatíveis com as exigências do processo formativo” (p. 102).

Outro desafio relevante diz respeito à formação e valorização dos docentes que atuam na educação profissional. Muitos professores possuem sólida formação técnica, mas nem sempre dispõem de preparação pedagógica adequada. Por outro lado, docentes com formação pedagógica podem carecer de experiência prática nas áreas técnicas. Essa lacuna compromete a qualidade do ensino e evidencia a necessidade de políticas específicas de formação docente. Como observa Kuenzer (2002), “a docência na educação profissional exige a articulação entre saberes técnicos e pedagógicos, o que nem sempre é contemplado nas políticas de formação” (p. 91).

No campo social, destaca-se a dificuldade de permanência dos estudantes nos cursos técnicos, especialmente entre aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Muitos

alunos precisam conciliar estudos com trabalho, o que impacta diretamente seu desempenho e aumenta os índices de evasão. Sobre esse aspecto, é importante considerar que: “A permanência do estudante na educação profissional está condicionada não apenas à oferta de vagas, mas às condições concretas de vida, incluindo renda, transporte, alimentação e acesso a recursos básicos” (CIAVATTA, 2005, p. 97).

Esse cenário evidencia a importância de políticas de assistência estudantil como elemento fundamental para garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e o êxito dos estudantes.

Outro ponto crítico refere-se à relação entre educação técnica e mercado de trabalho. Em muitos casos, há um descompasso entre a formação ofertada e as demandas reais do mundo do trabalho, o que pode comprometer a inserção profissional dos egressos. Ao mesmo tempo, quando a formação é excessivamente orientada pelas exigências imediatas do mercado, corre-se o risco de limitar a formação crítica e cidadã dos estudantes. Nesse sentido, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) afirmam que “subordinar a educação às demandas do mercado implica reduzir seu potencial formativo e emancipador” (p. 58).

A desigualdade regional também se configura como um obstáculo relevante. Regiões mais desenvolvidas tendem a concentrar maior oferta de cursos técnicos e melhores condições estruturais, enquanto áreas periféricas e rurais enfrentam dificuldades de acesso. Essa disparidade reforça desigualdades já existentes e limita as oportunidades de desenvolvimento local. Segundo dados analisados por Pacheco (2011), a interiorização da Rede Federal foi um passo importante, mas ainda insuficiente para superar essas assimetrias.

No contexto das políticas educacionais recentes, outro desafio refere-se à fragmentação curricular decorrente de reformas que flexibilizam o ensino médio. Embora essas mudanças sejam apresentadas como estratégias de diversificação da formação, há críticas quanto ao risco de aprofundamento das desigualdades educacionais. Conforme destaca Kuenzer (2017), “a flexibilização curricular pode resultar em percursos formativos distintos e desiguais, especialmente para estudantes das camadas populares” (p. 120).

Além disso, a valorização social da educação técnica ainda constitui um desafio. Historicamente, essa modalidade foi associada a uma formação de menor prestígio em comparação ao ensino superior, o que influencia a percepção de estudantes e famílias. Essa visão contribui para a reprodução de hierarquias educacionais e dificulta a consolidação de uma cultura que reconheça a importância da formação profissional. Como destaca Saviani (2007), “a

desvalorização da educação profissional está vinculada à própria desvalorização social do trabalho manual” (p. 158).

Outro aspecto relevante é a necessidade de integração entre educação, ciência, tecnologia e inovação. Em um contexto de rápidas transformações tecnológicas, o ensino técnico precisa acompanhar as mudanças nos processos produtivos e nas formas de trabalho. Isso exige atualização constante dos currículos, investimentos em pesquisa aplicada e maior articulação com setores produtivos e sociais.

Por fim, os desafios estruturais e sociais do ensino técnico no Brasil evidenciam a complexidade desse campo e a necessidade de políticas públicas articuladas e de longo prazo. Superar tais entraves implica não apenas ampliar o acesso, mas garantir condições efetivas de permanência, qualidade na formação e compromisso com a redução das desigualdades. Trata-se, portanto, de consolidar uma educação profissional que vá além da formação para o trabalho imediato, contribuindo para o desenvolvimento integral dos sujeitos e para a construção de uma sociedade mais justa.

CONCLUSÃO

A análise do ensino técnico no Brasil evidencia que essa modalidade educacional foi historicamente construída em meio a disputas entre diferentes projetos de sociedade, oscilando entre uma formação voltada ao atendimento imediato das demandas do mercado e uma perspectiva de formação integral dos sujeitos. Ao longo do tempo, políticas públicas buscaram expandir e reorganizar esse campo, mas nem sempre conseguiram superar as contradições estruturais que o caracterizam.

Do ponto de vista histórico, observa-se que a educação profissional esteve, em grande medida, associada às camadas populares, reforçando uma lógica de dualidade educacional que ainda persiste. Mesmo com avanços institucionais e legais, a separação entre formação geral e formação técnica continua sendo um desafio, evidenciando a necessidade de políticas mais integradoras e inclusivas.

No âmbito das políticas públicas, destaca-se que programas federais contribuíram significativamente para a ampliação do acesso ao ensino técnico, sobretudo por meio da expansão da Rede Federal e da criação de iniciativas voltadas à inclusão social. No entanto, essas políticas também revelam limites, especialmente quando priorizam formações aligeiradas ou mantêm a fragmentação curricular, o que compromete a qualidade da formação oferecida.

Além disso, os desafios estruturais e sociais demonstram que o acesso à educação técnica, por si só, não garante sua efetividade. Questões como desigualdade regional, precariedade de infraestrutura, formação docente insuficiente e dificuldades de permanência dos estudantes precisam ser enfrentadas de forma articulada para que essa modalidade cumpra seu papel social.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de repensar a relação entre educação e trabalho. Embora seja fundamental considerar as demandas do mundo produtivo, é igualmente importante assegurar que a formação técnica não se reduza a uma preparação imediata para o emprego, mas contribua para o desenvolvimento crítico, social e humano dos estudantes.

Diante desse cenário, torna-se evidente que o fortalecimento do ensino técnico no Brasil depende de políticas públicas consistentes, de longo prazo e comprometidas com a equidade. Isso implica não apenas ampliar a oferta de vagas, mas garantir condições adequadas de ensino, permanência estudantil e integração curricular, além de valorizar os profissionais da educação.

Por fim, conclui-se que a consolidação de uma educação profissional de qualidade exige a superação das desigualdades históricas e a construção de um projeto educacional que articule trabalho, ciência, cultura e cidadania. Somente assim o ensino técnico poderá cumprir sua função social de forma plena, contribuindo para o desenvolvimento do país e para a formação de sujeitos autônomos e críticos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Brasília, 2011.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. *Ensino médio integrado*. São Paulo: Cortez, 2005.

- FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- KUENZER, Acácia Zeneida. *Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. *Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2017.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- PACHECO, Eliezer. *Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. Brasília: MEC, 2011.
- SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.